

CORRUPÇÃO GOVERNAMENTAL CAUSA EMPREENDEDORISMO NO BRASIL?

GABRIEL WEBER COSTA¹; FELIPE GARCIA RIBEIRO²; GABRIELITO MENEZES³; RODRIGO NOBRE FERNANDEZ⁴; MÁRIO DUARTE CANEVER⁵; ANDRÉ CARRARO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – gabwc@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – felipe.garcia.rs@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – gabrielitorm@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – rodrigo@rodrigofernandez.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – mcanever@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.carraro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é um tema de grande repercussão, tanto na comunidade científica quanto entre os formuladores de políticas públicas, dada a sua importância e abrangência no contexto do desenvolvimento econômico. Em parte, essa importância é devida aos trabalhos teóricos e empíricos que relacionam a atividade empreendedora com geração de empregos, inovação e bem estar social (BAUMOL, 1990; ACS e AMORÓS, 2008). Autores como AUDRETSCH (2007), influenciados pela obra “A teoria do desenvolvimento econômico” (SCHUMPETER, 1912), argumentaram que o empreendedorismo deveria ser uma variável incluída nos modelos de crescimento econômico na forma de capital empresarial – uma vez que não é possível confundir-lo com capital físico ou humano, que se referem à tecnologia e ao conhecimento, respectivamente. Essa variável mensuraria o esforço de uma sociedade em difundir o conhecimento produzido (inovação).

Existe uma vasta literatura que explora os determinantes regionais da formação de novas empresas, principalmente para países desenvolvidos (ACS e ARMINGTON, 2002; ARAUZO-CAROD et al., 2007). Esses autores, a partir de análises das características regionais, consideram como importantes para entender os diferentes desempenhos de cada região variáveis relacionadas à demanda, urbanização, desemprego e tamanho das firmas da região.

Por outro lado, há também uma extensa literatura que destaca o papel da corrupção (tipicamente definida como o abuso do poder público para auferir benefícios privados (ROSE-ACKERMAN, 2004)), como inibidor do crescimento econômico (MAURO, 1995; LAMBSDORFF, 2003;). No entanto, a relação entre a incidência de corrupção e a atividade empreendedora, entendida aqui como criação líquida de empresas (a diferença entre empresas novas e empresas fechadas), ainda é pouco explorada, baseando-se em análises cross-section de países (ANOKHIN e SCHULZE, 2009; DREHER e GASSEBNER, 2013), não havendo trabalhos sobre avaliações regionais desse efeito dentro de um país.

Dessa forma, o presente trabalho contribui para a literatura, na área das Ciências Sociais Aplicadas, ao analisar o impacto da corrupção regional na formação de novas empresas, para o caso do Brasil. A principal hipótese é que a decisão de um indivíduo alocar o seu talento na atividade empreendedora depende da sua capacidade em apropriar os ganhos econômicos criados pelo processo empreendedor (BAKER, GEDAJLOVI, e LUBATKIN, 2005). Dessa forma, a existência de uma estrutura burocrática de má qualidade, baseada em relações corruptas, pode anular o efeito do empreendedor, ou pelo menos reduzir

os incentivos para que o indivíduo empreenda. Assim, a existência de corrupção pode incentivar a alocação do talento para atividades ligadas ao mercado informal (DUTTA, KAR e ROY, 2011) ou para o emprego dentro do setor público (ACEMOGLU e VERDIER, 1998).

A partir de dados compreendendo os anos de 1998 a 2008 e utilizando um método econométrico de variável instrumental (VI) em dois estágios para contornar o problema da endogeneidade (a qual enviesaria os resultados), testamos as hipóteses de que corrupção afeta empreendedorismo, mercado informal, tamanho médio das empresas e número de trabalhadores do setor público. Os resultados indicam que somente o último efeito é observado, em que a corrupção levaria a uma alocação da força de trabalho para o setor público, resultado conhecido como fuga de talentos.

2. METODOLOGIA

Utilizando o método de variável instrumental em dois estágios, em que o instrumento utilizado é gerado a partir do conceito de margem de vitória eleitoral, estimamos as seguintes equações:

$$CP_{it} = \delta MV_{it} + \gamma X_{it} + \lambda_t + \mu_i + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$EP_{it} = \beta \hat{CP}_{it} + \theta X_{it} + \lambda_t + \mu_i + v_{it} \quad (2)$$

CP_{it} é o índice de corrupção do estado i no período t , MV_{it} é a variável indicativa de margem de vitória do estado i no período t , EP_{it} é a criação líquida de empresas por dez mil habitantes (*proxy* de empreendedorismo), X_{it} é um vetor que contém os controles, λ_t é controle de tendência, μ_i é o efeito fixo do município i , e ε_{it} e v_{it} são termos de erro.

A margem de vitória é o menor número k , de modo que a alteração de k votos entre o candidato vencedor e o segundo colocado poderá alterar o resultado da eleição. A ideia é que o alto nível de competição política (evidenciada pela votação “apertada”) indica uma “aleatoriedade” no resultado, o que o tornaria não correlacionado com nenhum fator não observável. Dessa forma, a partir da margem de vitória gerou-se uma variável binária que assume valor igual a 1 quando a eleição estadual se decidiu no segundo turno e foi vencida com uma margem no máximo de 1.5 pontos percentuais, e zero caso contrário.¹

Estimam-se cinco diferentes modelos de equação que contam com diferentes conjuntos de variáveis controles. Entre os controles utilizados estão a escolaridade média estadual das pessoas com 25 ou mais anos de idade, proporção de trabalhadores sindicalizados da população economicamente ativa, taxa de desemprego, PIB real per capita, receita tributária real per capita e o número de homicídios por mil habitantes.

Além da criação líquida de empresas, outras variáveis dependentes ligadas a empreendedorismo e passíveis de serem afetadas por corrupção são utilizadas. Elas são as seguintes: a proporção de trabalhadores no setor público, a proporção de trabalhadores no setor informal e o tamanho médio das firmas médio pelo número de trabalhadores.

O índice de corrupção estadual foi criado a partir do Cadastro de Contas Irregulares do Tribunal de Contas da União (CadIrreg), elaborado pela Controladoria Geral da União (CGU), que contém todos os casos de programas e

¹ A variável margem assume valor zero para todos os casos em que a eleição estadual foi decidida no primeiro turno. Além disso, fica claro pela própria construção da variável que o seu valor é constante durante os anos de exercício dos mandatos.

projetos envolvendo recursos públicos federais que foram julgados irregulares. Dados desse mesmo Cadastro foram utilizados por autores como FERRAZ; FINAN; MOREIRA (2012).

O banco de dados utilizado neste trabalho apresenta uma estrutura de painel, em que o período inicial é 1998 e o final, 2008. Há, portanto, 297 observações: 11 para cada um dos 27 estados a serem analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os coeficientes estimados da equação (1) mostraram-se estatisticamente significativos a 1%. Em todos os cinco modelos, a margem de vitória parece exercer efeito negativo sobre o índice de corrupção estadual, com coeficientes estimados de magnitude semelhante.

Já para a equação (2), em todos os cinco modelos estimados, os coeficientes obtidos da variável de corrupção foram positivos, porém nenhum se mostrou significativo. As estimativas sugerem ausência de efeito da corrupção sobre o ímpeto empreendedor. Ausência de efeito também se observa quando se estima o efeito da corrupção sobre a informalidade.

Também não foram encontrados sinais de que a corrupção exerça algum efeito sobre o número de trabalhadores empregados (no setor formal). Embora os coeficientes estimados sejam negativos, em nenhuma das especificações estimadas por VI há significância estatística. A única evidência de efeito da corrupção está no emprego no setor público. Nesse caso, os coeficientes estimados são positivos, sugerindo que o aumento da corrupção aumenta a participação dos funcionários públicos no mercado de trabalho. Este resultado é conhecido na literatura como fuga de talentos. No último modelo estimado em VI (modelo 5) o coeficiente estimado é 0,0343 (significativo a 5%)².

4. CONCLUSÕES

Esse artigo buscou integrar duas linhas de pesquisa – empreendedorismo como impulsionador do crescimento econômico e corrupção como agente contrário -, analisando o efeito causal da incidência de corrupção regional sobre a formação de novas empresas. Se existe uma literatura bem consolidada que identifica os efeitos positivos do empreendedorismo sobre o crescimento econômico de uma região, não é claro ainda o efeito da corrupção sobre o empreendedorismo.

Basicamente existem duas vertentes teóricas que teorizam essa relação. De um lado, há a abordagem baseada na suposição de *grease the wheels* (“lubrificar as engrenagens”), proposta por LEFF (1964) e HUNTINGTON (1968). Nessa linha de pensamento, a existência de corrupção age em favor do empreendedor ao dar a velocidade necessária para o andamento de processos e licenças necessárias. Por outro lado, a escola de escolha pública interpreta a existência de corrupção como um maior custo econômico, que eleva os custos de transação e aumenta a incerteza do ganho do empreendedor (BAUMOL, 1990).

As evidências empíricas existentes são ainda escassas e inconclusivas. Dessa forma, esse trabalho contribui para a literatura ao buscar identificar o efeito

² As tabelas com as estimações de todos os modelos, bem como um quadro apresentando o índice de corrupção utilizado, estão disponíveis em:
https://www.dropbox.com/sh/93wt58zkr9nffs4/AABYQFyJq8A-_3eafAkW6cWXa

causal da corrupção sobre o estímulo empreendedor na heterogeneidade regional de um país emergente, o Brasil.

Entretanto, não foi aqui avaliado se a incidência de corrupção pode estar afetando a qualidade da atividade empreendedora. Existe a possibilidade que corrupção não afete a quantidade de empresas criadas, mas, dada a evidência de efeito de realocação de talentos, é possível que o empreendedor tenha uma habilidade menor e, portanto, menor probabilidade alcançar o sucesso e promover o crescimento econômico. Novas pesquisas podem contribuir explorando o efeito da corrupção sobre a qualidade do empreendimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D.; VERDIER, T. Property Rights, Corruption and the Allocation of Talent: A General Equilibrium Approach. **Economic Journal**, 108: 1381-403, 1998.
- ACS Z.J.; AMORÓS, J.E. Introduction: The startup process. **Estudios de Economía**, v. 35, n. 2, p. 121-132, 2008.
- ACS, Z.J.; ARMINGTON, C. **Entrepreneurship, Geography, and American Economic Growth**. Cambridge University Press, 2006.
- ANOKHIN, S.; SCHULZE, W. Entrepreneurship, innovation and corruption. **Journal of Business Venturing**, v. 24, p. 465-476, 2009.
- ARAUZO-CAROD, J.M.; MANJÓN, M.; MARTÍN, M.; SEGARRA, A. Regional and Sector Specific Determinants of Industry Dynamics and the Displacement-Replacement Effects. **Empirica**, v. 34, n. 2, p. 89-115, 2007.
- AUDRETSCH, D. Entrepreneurship Capital and Economic Growth. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 23, p. 63-78, 2007.
- BAKER, T.; GEDAJLOVI, E.; LUBATKIN, M. A framework for comparing entrepreneurship process across nations. **Journal of International Business Studies**, v. 36, p. 492-504, 2005.
- BAUMOL, W. Entrepreneurship: productive, unproductive and destructive. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p. 893-921, 1990.
- DREHER, A.; GASSEBNER, M. Greasing the wheels? The impact of regulations and corruption on firm entry. **Public Choice**, vol. 155, n.3, p. 413-432, 2013.
- DUTTA, N.; KAR, S.; ROY, S. **Informal Sector and Corruption: An Empirical Investigation for India**. IZA DP N. 5579. Acessado em 01 julho 2014. Online. Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp5579.pdf>.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MOREIRA, . Corrupting Learning: Evidence from Missing Federal Education Funds in Brazil. **NBER Working Papers 18150**. National Bureau of Economic Research, 2012.
- HUNTINGTON, S.P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.
- LAMBSDORFF, G.J. How Corruption affects Productivity. **Kyklos**, v.56, p. 143-156, 2003.
- LEFF, N.H. **Economic development through bureaucratic corruption**. American Behavioral Scientist, v. 8(3), p. 8-14, 1964.
- MAURO, P. Corruption and Growth. **Quarterly Journal of Economics**, p. 681-712, 1995.
- ROSE-ACKERMAN, S. **The Challenge of poor governance and corruption**. Copenhagen Consensus Challenger Paper, 2004.
- SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Abril, 1912.